

# **Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000 a 2008)**

Carlos Augusto Mello Machado  
carlos.machado.unb@gmail.com  
Instituto de Ciência Política (IPol)  
Universidade de Brasília (UnB)

## **Area II. Política Comparada**

### **Mesa: Elecciones subnacionales em América Latina**

Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).

Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

Entre os precursores da análise sobre coligações eleitorais no Brasil, Soares (1964) elaborou a “teoria da economia de esforços”, através da qual pressupõe que a combinação de forças auxiliaria na redução dos custos de participação eleitoral dos partidos ingressantes em uma união, aumentando as chances de vitória política dos envolvidos. Em eleições majoritárias essa questão ganha ares de necessidade. No caso de um grande número de potenciais participantes<sup>1</sup> em disputa por uma única vaga (Lavareda, 1991), há forte estímulo ao comportamento estratégico dos atores, reduzindo o número de competidores, devido à antecipação de cenários de derrota (Cox, 1997). A baixa chance de vitória de potenciais competidores estimula a adesão de candidatos de menor porte eleitoral à candidatura de políticos com chances mais expressivas. Partidos políticos com menor possibilidade de sucesso eleitoral veriam na oportunidade de compor a chapa de um/a candidato/a cuja possibilidade de vitória é maior, o caminho de participar e influenciar na tomada de decisão posterior à eleição. Há, dentro da mesma lógica, um incentivo a partidos/candidatos cuja chance de vitória é maior buscarem o apoio daqueles em situação menos confortável, pois a cooptação de um aliado implica também na garantia de que o mesmo não venha a ser cooptado pelo principal adversário na disputa, tratado por Lima Jr. (1983) como fruto de uma “racionalidade conjuntural”, sendo este o mesmo princípio da “lei de ferro da competição eleitoral”, segundo a qual coligações são realizadas para reduzir a probabilidade de derrota (Figueiredo, 1994).

Entretanto, é possível considerar um outro critério de atribuição de racionalidade, distinto da proposta de Lima Jr., a qual se refere ao segundo termo proposto por Soares (1962) para explicar as coligações: “a teoria da resistência ideológica”. A decisão de coligar não se deve apenas a um elemento quantificável em número de votos, tornando necessário adicionar o componente ideológico na decisão partidária de formar uma coligação, a depender do grau de proximidade política com as opções de aliança em um distrito eleitoral.

Introduz-se, portanto, as diferenças de posicionamento político como um contraponto ao estímulo à realização de coligações, representado pela “teoria

---

<sup>1</sup> O cenário brasileiro, em que há um elevado número de partidos, desde 1986 o menor número de partidos registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi de 23 agremiações.

da economia de esforços”. Restrições a determinados parceiros apresentariam constrangimento à formação de determinadas alianças. Soares (1964) chega a afirmar a existência de racionalidades distintas entre eleitores, derivada da dicotomia rural/urbano, fomentando o voto ideológico entre eleitores em contextos de maior urbanização<sup>2</sup>.

Pode-se, contudo, afirmar que a dimensão ideológica afetaria a decisão do formato de coligações no Brasil? Duas questões devem ser abordadas a partir deste enfoque.

Por um lado, nos últimos 50 anos, houve uma mudança significativa do perfil socioeconômico da sociedade brasileira, tornando a dicotomia rural/urbano menos saliente, em especial devido à enorme concentração populacional nas regiões metropolitanas. A variação das condições sociais no contexto atual não pode se ater apenas à referida dimensão, sendo necessário incorporar outros elementos para compreender a complexidade das condições sociais que afetam a atividade política na atualidade.

Para além desse fator demográfico, há uma discussão já antiga, porém inconclusa, acerca da racionalidade do eleitor no cenário brasileiro, a qual pode ser simbolizada pela discussão promovida ao final da década de 1970 entre Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos. Para o último haveria no Brasil uma tendência a um comportamento eleitoral oposicionista, diminuindo, portanto, o matiz de referências externas ao jogo político. Em contraposição estaria a interpretação de existir um efeito de consciência de classe, sugerido por Reis (1975; 1978) ao caracterizar o voto de 1976 como um protesto ao regime militar, ou mesmo marcado características ideológicas fundadas na desigualdade entre ricos e pobres.

Em que medida a ideologia afetaria a dinâmica coligacionista, portanto? É importante notar que apesar da incerteza quanto à utilidade da dimensão ideológica, há uma profusão de estudos no Brasil que sustentam esta

---

<sup>2</sup> É curioso notar uma proximidade, de um elemento menos relevante à análise proposta, do modelo proposto por Soares (1964) e a abordagem de Anthony Downs (1957) acerca do voto. A “economia de esforços” informa se haverá ou não a realização de uma coligação, da mesma forma o eleitor realiza um cálculo sobre a utilidade de participar ou não de uma eleição. Por sua vez, a “resistência ideológica” indica a direção qualitativa da coligação, tal qual a ideologia serve de orientação e atalho cognitivo à decisão sobre a opção escolhida pelo eleitor.

classificação como relevante para identificar as condições de construção de coligações.

Contudo, deve-se ressaltar que raramente as coligações são evidenciadas e tratadas na campanha eleitoral, chegando a figurar rotineiramente como letras ilegíveis no canto das imagens da propaganda eleitoral veiculada na televisão brasileira, ou uma profusão de siglas rapidamente mencionadas ao final da divulgação via rádio. Entretanto, apesar dos empecilhos à compreensão do eleitor acerca do significado de determinadas coligações, é importante considerar que o componente ideológico pode importar para orientar e estimular aqueles mais próximos à vida partidária. Como aborda Panebianco (1982), partidos mantêm suas organizações através de incentivos, divididos entre seletivos e coletivos; no qual o último traduz-se em discursos e defesa de valores e identidades, restando ao primeiro a dimensão do reconhecimento da atuação na forma de status (distinção) ou de recursos materiais (Panebianco, 1982, p. 48). Discursos que reforcem uma imagem partidária asseguram o componente necessário ao convencimento e mobilização de militantes ou eleitores mais fiéis do partido, atores cruciais na construção de vínculos entre os líderes partidários e o eleitorado geral (Duverger, 1951).

A ideia de que a ideologia seria um componente, ou uma marca de distinção, capaz de definir com clareza as variações políticas entre as opções partidárias é fruto de distorções conceituais. Ressalte-se que esta visão sobre a ideologia não figurava na ideia original de um divulgadores originais da aplicação do termo ideologia ao estudo de partidos político. Para Anthony Downs (1957), os eleitores orientam-se, preferencialmente, pela diferenciação entre propostas políticas, entre ofertas de políticas públicas específicas. Contudo, em condições de menor disponibilidade de informação política, a ideologia poderia atuar como uma forma de simplificar estas distinções. O conceito de ideologia proposto por Downs é coberto de imprecisão em sua definição exatamente por não se referir a um algo palpável ou discernível em termos de propostas concretas.

Esta seria, na visão de Mair (2007), o motivo para o conceito ideologia, recorrentemente tido como ultrapassado, possuir uma sobrevida tão extensa em meio a declarações sobre o seu fim, a flexibilidade do termo e a variação de

conteúdos que o conceito pode assumir permitem vitalidade ao conceito. Toda abordagem que busque cristalizar uma noção de ideologia tende a se tornar infecunda com o passar do tempo. A ideologia se torna relevante, portanto, enquanto recurso comparativo e posicional entre as opções políticas.

Estes conceitos ganham força ao se considerar as reflexões de Alessandro Pizzorno (*apud* Reis, 2010) sobre a dinâmica política atual. Segundo o autor italiano, é necessário considerar que a realização de ações políticas (definição de políticas específicas pelos partidos), que produziriam “bens de curto prazo” depende da legitimidade obtida pelos partidos políticos através da “oferta de esperança” relacionada a “bens de longo prazo”, os quais o autor identifica como projetos orientados para o futuro, condicionados a identidades coletivas.

Reis (2010) afirma que esta visão pragmática de Pizzorno, um “estrategismo” pontual quanto a bens de curto prazo, não indica uma unidade de comportamento dos diferentes partidos políticos. A existência destes projetos de longo prazo permite a identificação de interesses dissonantes na sociedade, ensejando distinções necessárias para a delimitação de identificações partidárias distintas, mesmo que a partir de “fins imaginários” (REIS, 2010, p. 63).

Os bens de longo prazo podem ser utilizados pelos partidos políticos não apenas para se diferenciar entre as demais opções do sistema político para o eleitorado. Estes projetos de longo prazo também servem como estímulo à manutenção da coesão interna, atuando como estímulo coletivo de identidade, tal qual abordado por Panebianco. Revitaliza, portanto, as lealdades de simpatizantes e militantes que não podem, ou não estão suscetíveis, a receber benefícios seletivos. Neste sentido, imagens fluidas ou fins imaginários, como aquelas relacionadas à ideologia ou mesmo aquelas pragmaticamente orientadas, podem ser consideradas elementos que afetam o comportamento partidário.

Os elementos de emocionalidade, antagonismo e rigidez que com frequência se apontam no chamado ‘pensamento ideológico’ têm a ver, portanto, com o inevitável objetivo de separação e distinção nele

envolvido concomitantemente com o objetivo de solidariedade e aglutinação (REIS, 1984, p. 135).

A ideologia permite distinguir atores políticos que se contrapõem no mercado político devido a interesses antagônicos, mas ao mesmo tempo justifica a união e manutenção das organizações políticas, por meio de relações de solidariedade no interior da interação organizacional do partido.

A partir das reflexões de Pizzorno e Reis quanto a orientações distintas da ação partidária, sem haver contradição na defesa de interesses a princípio antagônicos, e considerando a abordagem de Mair sobre a ideologia – enquanto um conceito fluido – possibilita tomar outros fatores enquanto simplificação da dinâmica político-eleitoral, assumindo papel semelhante à ideologia.

No contexto brasileiro, a saliência em relação ao posicionamento oposicionista/situacionista, observada por Santos (1977), permite considerar a existência de dimensões múltiplas a matizar a mobilização de recursos pelos partidos políticos, para além de se pensar a ideologia. Seria possível falar, portanto, de uma dimensão governista<sup>3</sup> a ser avaliada, ou seja, até que ponto a aproximação com partidos que compõem a base do governo seria mais um elemento a servir de fundamento à definição de alianças políticas. Esta tese encontra ampla sustentação nas reflexões acerca da força do poder Executivo no Brasil, quer na figura do presidente ou nos governadores.

No entanto, o efeito da dimensão ideológica e/ou governista depende das condições enfrentadas pelos partidos, pois, como sustenta Panebianco (1982), é necessário compreender que a organização partidária, ou a continuidade da mesma, depende da capacidade de reagir a condições externas adversas. Estes efeitos, derivados de condições políticas, socioeconômicas e institucionais, podem gerar constrangimentos à ação política; não obstante, com efeitos diferenciados entre os partidos políticos, pois assumir que há uma racionalidade

---

<sup>3</sup> O presente estudo foca na referência ao governismo ou oposição em relação ao governo federal, entretanto, é possível, e bastante plausível, considerar o governismo estadual. O presente estudo não realiza esta abordagem devido à impossibilidade de obter informações sobre o posicionamento dos partidos brasileiros em relação aos governos estaduais nas eleições de 2000, 2004 e 2008. Nada, além da dificuldade de obtenção destas informações, impede que um estudo futuro orientado por esta perspectiva possa jogar nova luz acerca do tema. Como observado por Dantas (2007) e Machado (2007), a dimensão estadual possui um impacto importante na construção de coligações a prefeito, porém sem haver a confirmação precisa deste fator explicativo.

idêntica por parte das instâncias partidárias seria negar o papel do analista em realizar uma análise capaz de verificar diferenças ou similitudes (Panebianco, 1982).

Partindo dessas ponderações, é possível considerar as coligações ao cargo de prefeito no Brasil como um caso excelente à verificação empírica, acerca a verificação se a construção de alianças eleitorais é impactada por incentivos derivados dos contextos nos quais os partidos se mobilizam. Para tanto foram analisadas<sup>4</sup> as coligações realizadas pelos principais partidos brasileiros<sup>5</sup> nas eleições de 2000, 2004 e 2008, em todos os cenários em que os mesmos participaram de alianças com partidos relevantes<sup>6</sup>.

### ***Indicadores de tendência ideológica e governista***

Para a classificação das coligações realizadas pelos partidos políticos brasileiros foram utilizados os índices de viés ideológico (IVI) e índice de governismo federal (IGF). Estes indicadores serão as variáveis dependentes dos modelos elaborados a seguir.

---

<sup>4</sup> Os dados apresentados fazem parte da pesquisa “Condicionantes das Coligações Brasileiras – Prefeituras”, realizada entre 2009 e 2012 no âmbito do programa de doutorado em Ciência Política do Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O banco de dados organizado para a pesquisa foi construído a partir das seguintes fontes: a) informações sobre as coligações e eleições em “Resultados eleitorais” e “Estatísticas Eleitorais”, através do TSE ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)); b) informações sobre as condições socioeconômicas através do banco IPEADATA ([www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)); e o Banco de Informações.

<sup>5</sup> Foram analisados o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), o qual concorreu as eleições de 2008 sob a sigla DEM (Democratas). A escolha se deve à possibilidade de observar partidos das três distinções ideológicas utilizadas no estudo, bem como de partidos presentes na situação e na oposição em relação ao governo federal durante o ano abordado.

<sup>6</sup> Todos os partidos com representação parlamentar na Câmara dos Deputados em 2000 foram considerados relevantes. Os demais partidos foram considerados apenas no caso de terem obtido ao menos 5% da votação à Câmara de Vereadores do município analisado nas eleições anteriores à eleição avaliada.

O índice de viés ideológico (IVI) é estipulado em uma escala<sup>7</sup> de 1 a 3, na qual o valor 1 corresponde à maior concentração de partidos de esquerda e o valor 3 uma maior concentração de partidos de direita. Considerando que a ideologia, a partir dos critérios do presente estudo, não é uma definição de uma agenda política específica, mas sim um posicionamento político, o valor “central” da escala não indica uma tendência “centrista” da coligação, mas inexistência de concentração de partidos de esquerda ou de direita na coligação avaliada, ou não polarização dos parceiros. A mesma lógica serve à avaliação do governismo. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma do valor correspondente a cada partido ideologicamente, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IVI = \frac{(1.n_e) + (2.n_c) + (3.n_d)}{n};$$

onde:

$n_e$  = número de partidos de esquerda, exceto o partido analisado

$n_c$  = número de partidos de direita, exceto o partido analisado

$n_d$  = número de partidos de esquerda, exceto o partido analisado

$n$  = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

Por exemplo, se um partido de centro se coliga com dois partidos de direita, três de esquerda e um de centro, o valor ideológico da referida coligação será 1,83.

$$IVI = \frac{(1 \times 3) + (2 \times 1) + (3 \times 2)}{6} = 1,83$$

---

<sup>7</sup> A amplitude original do índice criado por Miguel (2004) era de -1 a 1, definida para facilitar a visualização dos dados. Para uma abordagem descritiva estes valores não interferem na realização de tratamento estatístico. Entretanto, no caso da necessidade de utilizar cálculos mais avançados a partir destes valores era possível a ocorrência de distorções devido ao número zero possuir valor no índice. Para evitar estes problemas foi realizada a transposição dos valores do índice para a presente escala, porém sem alterar a lógica por trás do índice e a distribuição dos valores, algo crucial para um índice que pretende observar posicionamento.



O segundo índice – índice de governismo federal<sup>8</sup> (IGF) – segue o mesmo cálculo, porém varia em relação ao IVI quanto ao critério de classificação dos partidos. Para o índice de governismo federal foi obtido junto à assessoria parlamentar de cada partido na Câmara dos Deputados seu posicionamento frente ao governos de Fernando Henrique Cardoso em 2000 e de Luis Inácio “Lula” da Silva em 2004 e 2008.

Como já foi abordado, o índice de apoio ao governo federal, se baseia na escala de 1 a 3, onde 3 representa suporte ao governo em questão e 1 oposição. A obtenção do resultado para cada partido é dada pela soma dos valores atribuídos a cada partido, dividido pelo total de partidos coligados, ou seja:

$$IGF = \frac{(1.n_o) + (2.n_n) + (3.n_s)}{n};$$

onde:

$n_o$  = número de partidos de oposição, exceto o partido analisado

$n_n$  = número de partidos neutros, exceto o partido analisado

$n_s$  = número de partidos de situação, exceto o partido analisado

$n$  = número total de partidos na coligação, exceto o partido analisado

Assim sendo, a mesma coligação do exemplo anterior se compõem, no âmbito federal, por cinco partidos de situação, nenhum de oposição e um neutro, terá um índice de apoio ao governo federal de 2,83.

$$IGF = \frac{(0x1) + (1x2) + (5x3)}{6} = 2,83$$

Os resultados destes cálculos podem ser observados na tabela 1, a seguir<sup>9</sup>:

**Tabela 1: Descrição dos IVI e IGF dos partidos analisados em 2000**

---

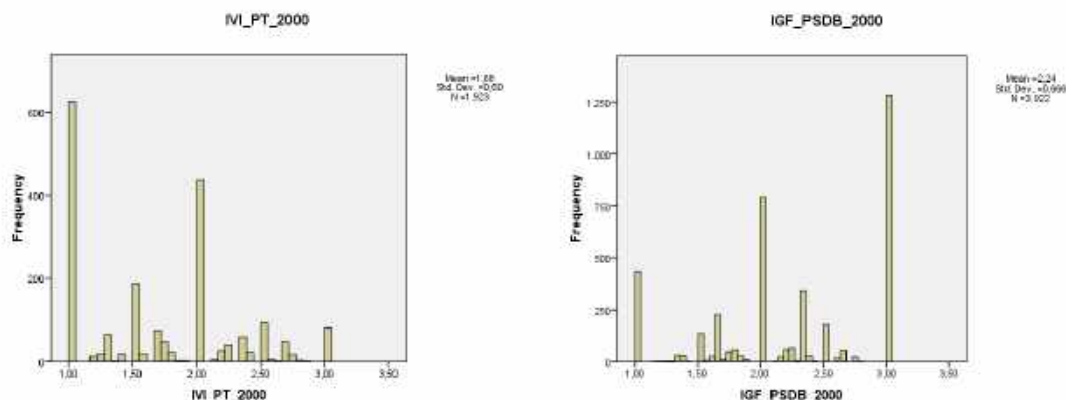
<sup>8</sup> Este índice foi desenvolvido nos trabalhos de Machado (2007) e Machado e Miguel (2008).

<sup>9</sup> Serão apresentados apenas uma parcela dos dados trabalhos devido à necessidade de adequação ao espaço disponível. Os dados apresentados durante o texto servirão para exemplificar a abordagem analítica empregada. Ao final do texto será realizado um resumo dos resultados observados.

|   |                        | PT   |       | PMDB |       | PSDB |      | PFL  |      |
|---|------------------------|------|-------|------|-------|------|------|------|------|
|   |                        | IVI  | IGF   | IVI  | IGF   | IVI  | IGF  | IVI  | IGF  |
| N | Válidos                | 1923 | 1923  | 4294 | 4294  | 3922 | 3922 | 4156 | 4156 |
|   | Missing                | 0    | 0     | 0    | 0     | 0    | 0    | 0    | 0    |
|   | Média                  | 1,68 | 1,80  | 2,22 | 2,13  | 2,30 | 2,24 | 2,27 | 2,32 |
|   | Mediana                | 1,67 | 1,80  | 2,33 | 2,00  | 2,33 | 2,25 | 2,33 | 2,33 |
|   | Moda                   | 1,00 | 1,00  | 3,00 | 3,00  | 3,00 | 3,00 | 2,00 | 3,00 |
|   | Desvio Padrão          | ,60  | ,73   | ,68  | ,71   | ,63  | ,67  | ,55  | ,64  |
|   | Skewness               | ,40  | ,36   | -,46 | -,20  | -,57 | -,36 | -,41 | -,52 |
|   | Std. Error of Skewness | ,06  | ,06   | ,04  | ,04   | ,04  | ,04  | ,04  | ,04  |
|   | Kurtosis               | -,86 | -1,20 | -,95 | -1,18 | -,65 | -,95 | -,41 | -,74 |
|   | Std. Error of Kurtosis | ,11  | ,11   | ,07  | ,07   | ,08  | ,08  | ,08  | ,08  |
|   | Mínimo                 | 1,00 | 1,00  | 1,00 | 1,00  | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
|   | Máximo                 | 3,00 | 3,00  | 3,00 | 3,00  | 3,00 | 3,00 | 3,00 | 3,00 |

Fonte: Pesquisa “Condicionantes das Coligações no Brasil – Prefeituras” (2012).

A distribuição dos indicadores não são similares à curva normal, como exemplificam os gráficos contendo os histogramas dos indicadores.



Os demais gráficos apresentam padrões parecidos<sup>10</sup>, não sendo aqui reportados para evitar a poluição do texto. A possibilidade de se pensar uma relação linear ao se buscar apreender relação com outras variáveis se vê prejudicada. Além disso, a distribuição leva a possibilidade de pensar nas coligações enquanto concentração, ou polarização, em torno de algumas

<sup>10</sup> Na realidade, o único caso desviante é o gráfico contendo o histograma do IVI para o PT em 2000, em que os picos estariam nos valores 1,0, 1,5 e 2,0. Entretanto, nas demais situações os picos observados ocorreram nos valores 1,0, 2,0 e 3,0. Não obstante, é importante observar que apesar dos picos comuns, há variação quanto à distribuição dos mesmos, ou seja, alguns partidos apresentam maior concentração em um dos polos, em comparação à concentração nos demais pontos do eixo.

tendências, pois há concentração nos valores 1, 2 e 3 na maior parte dos partidos observados.

Criou-se, portanto, uma nova variável a partir da recodificação dos valores encontrados para os índices, segundo as categorias acima mencionadas, considerando o grau de polarização observado<sup>11</sup>. Esta operação permite a construção de modelos de regressão logística, mais adequados à abordar a relação entre estes indicadores e os elementos políticos e socioeconômicos levantados.

Tabela 2: Frequência das categorias da Polarização Ideológica e Governista em 2000, por partido político

| Partido | Polarização ideológica |                |                    |       | Polarização governista |                |                     |       |       |
|---------|------------------------|----------------|--------------------|-------|------------------------|----------------|---------------------|-------|-------|
|         | Polarizada esquerda    | Não polarizada | Polarizada direita | Total | Polarizada oposição    | Não polarizada | Polarizada situação | Total |       |
| PT      | n                      | 942            | 653                | 328   | 1923                   | 830            | 559                 | 534   | 1923  |
|         | %                      | 49,0           | 34,0               | 17,1  | 100,0                  | 43,2           | 29,1                | 27,8  | 100,0 |
| PMDB    | n                      | 885            | 1226               | 2183  | 4294                   | 1036           | 1390                | 1868  | 4294  |
|         | %                      | 20,6           | 28,6               | 50,8  | 100,0                  | 24,1           | 32,4                | 43,5  | 100,0 |
| PSDB    | n                      | 607            | 1154               | 2161  | 3922                   | 670            | 1326                | 1926  | 3922  |
|         | %                      | 15,5           | 29,4               | 55,1  | 100,0                  | 17,1           | 33,8                | 49,1  | 100,0 |
| PFL     | n                      | 514            | 1542               | 2100  | 4156                   | 564            | 1338                | 2254  | 4156  |
|         | %                      | 12,4           | 37,1               | 50,5  | 100,0                  | 13,6           | 32,2                | 54,2  | 100,0 |

Fonte: Pesquisa "Condicionantes das Coligações no Brasil – Prefeituras" (2012).

Em 2000, é possível identificar uma clara distinção entre o formato das coligações formada pelo PT, o qual recorre em maior medida a partidos de esquerda, enquanto PMDB, PSDB e PFL apresentam inclinação a participar de alianças em que preponderam partidos de direita (respectivamente 51%, 55% e 50% entre as coligações relevantes das quais estes partidos participaram). Quanto ao governismo, a distinção entre os mesmos partidos prevalece, contudo em grau distinto, pois 28% das coligações em que o PT participou houve maior polarização ao situacionismo federal, algo bastante relevante, considerando que o partido se declarava oposição ao governo peessedebista. Não obstante, a maioria das coligações do PT tendia a uma conjunção com partidos oposicionistas (43%). Cabe questionar, portanto, quais são os fatores que influenciam nestas variações observadas.

<sup>11</sup> Os valores do IVI de 1,0 a 1,66 foram atribuídos polarização à esquerda, entre 1,67 e 2,33 sem polarização, e entre 2,34 e 3,0 polarização à direita. O IGF foi reclassificado segundo a mesma lógica, contudo com polarização à oposição entre 1,0 e 1,66 e polarização à situação entre 2,34 e 3,0.

## ***Hipóteses de estudo***

A hipótese geral do trabalho é de que ideologia e governismo possuem condicionantes distintas. No entanto, para a construção mais precisa desta hipótese é necessário definir teoricamente quais são as possíveis condicionantes, assunto tratado no próximo capítulo. A discussão sobre o posicionamento político não se esgotou, pois existem efeitos específicos da interação entre ideologia e governismo a serem considerados para a análise.

**Hipótese 1.1:** O modelo elaborado será capaz de explicar melhor as coligações realizadas por partidos de situação segundo a dimensão governista.

**Hipótese 1.2:** O modelo elaborado será capaz de explicar melhor as coligações realizadas por partidos de oposição segundo a dimensão ideológica.

Quanto à verificação das condicionantes específicas das coligações, foram consideradas variáveis com o intuito de observar o impacto das dimensões socioeconômicas e política, bem como os efeitos da disposição de recursos financeiros, o que poderia afetar a dependência do vencedor, devido à necessidade de buscar recursos financeiros em outros níveis, federal e/ou estadual, para permitir a realização dos gastos públicos necessários.

**Hipótese 2:** Ambientes informacionais menos complexos aumentam a chance de aliança entre partidos de posicionamento político distinto.

**Hipótese 3:** O aumento da dependência financeira de um município aumenta a chance de se observar aliança com partidos com posicionamento governista.

**Hipótese 4.1:** Condicionantes socioeconômicas possuem capacidade explicativa para o formato ideológico das coligações.

**Hipótese 4.2:** Condicionantes de poder político possuem capacidade explicativa para o formato governista das coligações.

## ***Variáveis independentes e definição dos modelos***

A primeira dimensão proposta busca aferir o efeito da complexidade do ambiente socioeconômico sobre a definição de coligações eleitorais. Ambientes de menor complexidade eleitoral teriam um impacto reduzido de atalhos informacionais, uma vez que os atores políticos envolvidos e as propostas

seriam mais concretos. O aumento da complexidade eleitoral produziria condições à existência de um efeito mais importante de atalhos informacionais, devido a um maior número de problemas a serem atendidos pelo campo político, bem como uma maior variedade de atores políticos em disputa. O aumento da complexidade do ambiente informacional produziria maiores constrangimentos à formação de coligações com polarização oposta àquela na qual o partido fora classificado. Para verificar estas condições, foram coletados<sup>12</sup>: a) tamanho da população<sup>13</sup>; b) densidade populacional<sup>14</sup>; c) média de anos de estudo da população no município; d) porcentagem da população economicamente ativa ocupada em região urbana; e) porcentagem de pessoas residentes em domicílio com carro; f) porcentagem do PIB municipal advindo de atividade agropecuária.

Quanto aos componentes políticos, é possível distinguir dois tipos mais gerais de variáveis, ambos relacionados às condições de espaço para o comportamento estratégico. Aqueles relacionadas à capacidade de um partido exercer controle sobre a política local e aqueles advindos da incapacidade de exercer controle em vista da existência de incerteza política. Neste modelo foram incorporados: a) volatilidade eleitoral da votação para o cargo de vereador municipal; b) fragmentação observada na Câmara de Vereadores<sup>15</sup>; c)

---

<sup>12</sup> Por se tratar do nível municipal havia a impossibilidade técnica de realizar a coleta de informações precisas sobre as condições da complexidade do ambiente informacional. Para contornar este problema e permitir a avaliação da totalidade dos mais de cinco mil municípios brasileiros, recorreu-se aos dados agregados organizados no banco de dados IPEADATA e Finbra. Os dados socioeconômicos de origem do IPEADATA foram organizados a partir de informações do censo, o que gera um problema do ponto de vista da distância temporal entre as informações das condicionantes socioeconômicas e o contexto político de cada eleição. Dito isso, deve-se ter o devido cuidado ao se realizar interpretações sobre os coeficientes da regressão. O objetivo deste texto reside em identificar a existência de condicionantes variadas afetando a construção de coligação.

<sup>13</sup> Para permitir a utilização adequada desta variável nos modelos foi calculado o logaritmo natural. Além disso, para permitir uma leitura mais intuitiva dos dados, a variável foi centralizada na média da população.

<sup>14</sup> Os mesmos procedimentos adotados para o tamanho da população foram utilizados para a densidade populacional.

<sup>15</sup> Para permitir uma interpretação mais intuitiva, o valor da fragmentação foi invertido, ao se subtrair uma unidade dos valores observados e ser calculado o valor absoluto. Isso permite à interpretação da volatilidade e da fragmentação tenham o mesmo sentido.

identificação sobre a competição política na eleição anterior para o cargo de prefeito<sup>16</sup>.

Por fim é cabível somar ao modelo as condições de controle de recursos políticos, sinalizada pela posse de cargos políticos, evidenciando a variação da do poder político nos diferentes cenários incorporados à análise. Quanto maior o número de cargos eletivos que um partido obteve nas eleições anteriores, maior o apoio eleitoral que o mesmo seria capaz de agregar sem depender de outras instituições partidárias, diminuindo a necessidade de aderir a coligações formadas com partidos de orientação ideológica ou governista distinta. Além dos cargos, a posição ocupada pelo partido na dinâmica eleitoral permite avaliar o grau de importância do partido na estrutura de poder local (Peixoto, 2010).

Ainda sobre as condições políticas, especificamente de cunho institucional, a possibilidade de ocorrer ou não segundo turno, acrescenta um elemento importante do ponto de vista estratégico. A coordenação de alianças em uma segunda rodada eleitoral permite aos partidos cultivar uma imagem política mais próxima àquela trabalhada do ponto de vista simbólico, seja ideologicamente ou baseado na perspectiva pragmática do governismo federal. Para o quarto modelo foram colhidas informações sobre: a) se o governador do estado no qual o município se encontra pertence ao partido analisado; b) se o candidato vitorioso nas eleições anteriores pertence ao partido analisado; c) porcentagem de deputados estaduais eleitos no estado no qual o município se encontra pelo partido analisado; d) porcentagem de vereadores eleitos no município nas últimas eleições pelo partido analisado; e) identificação sobre a possibilidade de ocorrer segundo turno no município; f) diferença entre a votação recebida pelo partido nas eleições para vereador e a legenda com segunda maior votação, na disputa anterior<sup>17</sup>.

## ***Análise dos dados***

---

<sup>16</sup> Considerou-se como indicador a diferença percentual entre o primeiro e o segundo colocado entre os postulantes à prefeitura local no primeiro turno das eleições anteriores àquela analisada.

<sup>17</sup> A descrição das variáveis levantadas para os modelos encontra-se no anexo 1.

## PFL/DEM

Enquanto um partido recorrentemente caracterizado como um dos principais referenciais da direita brasileira, é razoável esperar a participação em coligações com rejeição a partidos de esquerda em sua composição. Contudo, se a quantidade de coligações polarizadas à esquerda representa a menor quantidade das coligações do partido. Variando entre 12,4% a 16,0% durante o período, a concentração inicial de coligações polarizadas à direita nas eleições de 2000 (50,5%) dá lugar a um cenário de maior abertura a se coligar com partidos de esquerda e centro com o passar dos anos. A categoria mais recorrente em 2004 e 2008 foi “Sem polarização ideológica”

**Tabela 3:** Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PFL/DEM (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |       | 2004 |       | 2008 |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
|                      | n    | %     | n    | %     | n    | %     |
| Polarização esquerda | 514  | 12,4  | 554  | 15,7  | 689  | 16,0  |
| Sem polarização      | 1542 | 37,1  | 1667 | 47,4  | 2263 | 52,6  |
| Polarização direita  | 2100 | 50,5  | 1299 | 36,9  | 1353 | 31,4  |
| Total                | 4156 | 100,0 | 3520 | 100,0 | 4305 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Este movimento reflete a necessidade de adequação a novos arranjos políticos devido à mudança do controle da Presidência da República do PSDB, aliado desde o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, para o PT.

Durante as eleições de 2000, o PFL atuou como membro da coalizão de governo de FHC. Contudo, encontrava-se em movimento o distanciamento de sua imagem em relação ao Governo Federal, incentivado em larga medida pelas avaliações negativas cujo governo tucano recebia à época (Machado, 2007). No entanto, mais de 50% de suas participações em disputa por prefeituras ocorreram com maior concentração de partidos cujo apoio era assegurado a FHC. Mas é na comparação com o período oposicionista, iniciado em 2002, com a eleição de Lula, que o valor observado em 2000 aparenta estar abaixo do esperado.

**Tabela 4:** Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PFL /DEM (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |      | 2004 |     | 2008 |     |
|----------------------|------|------|------|-----|------|-----|
|                      | n    | %    | n    | %   | n    | %   |
| Polarização oposição | 564  | 13,6 | 206  | 5,9 | 146  | 3,4 |

|                      |      |       |      |       |      |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
| Sem polarização      | 1338 | 32,2  | 848  | 24,1  | 820  | 19,0  |
| Polarização situação | 2254 | 54,2  | 2466 | 70,1  | 3339 | 77,6  |
| Total                | 4156 | 100,0 | 3520 | 100,0 | 4305 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Nas eleições de 2004 e 2008, a proporção de coligações polarizadas à situação alcançou mais de 70% dos casos em que o partido se mobilizou conjuntamente a partidos relevantes. Uma explicação inicial para isso reside no próprio tamanho da coalizão de apoio ao governo petista, cuja base abarcava a quase totalidade dos partidos relevantes no cenário nacional. Em se tratando de eleições municipais, antigos aliados locais do PFL/DEM podem ter visto suas direções nacionais aderirem ao governo Lula, sendo este o caso emblemático de PMDB e PTB, por exemplo. Observou-se, inclusive, uma quantidade menor de casos cujo predomínio de partidos se encontrava na oposição entre 2004 e 2008, quando comparado a 2000.

A hipótese 1.1, de que partidos de situação podem ter suas coligações melhor explicadas pela dimensão governista, foi aceita, pois quando o PFL se encontrava no governo, a comparação das tabelas de classificação do modelo ideológico e governista em 2000, evidencia que há uma maior quantidade de casos preditos corretamente no segundo. Entretanto, não se pode ignorar a chance dos valores serem dados pelo acaso. O mesmo procede para a hipótese 1.2, de que partidos de oposição são melhor caracterizados pela dimensão ideológica. Apesar do segundo modelo apresentar valores mais elevados na tabela de classificação, o valor *kappa* indica não ser possível negar a hipótese nula. Desta maneira, os valores observados para a classificação ideológica ganham maior robustez frente à dimensão governista.

**Quadro 1:** Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PFL/DEM, por eleição\*

| Indicador   | Ideologia |                    |      | Governismo |      |      |
|-------------|-----------|--------------------|------|------------|------|------|
|             | 2000      | 2004               | 2008 | 2000       | 2004 | 2008 |
| Tab. Class. | 51,3      | 51,9 <sup>18</sup> | 55,8 | 55,7       | 69,8 | 77,4 |
| População   | x         |                    |      | -          |      |      |
| Densidade   |           |                    |      | x          |      |      |

<sup>18</sup> No quadro de resumo foi foram marcados os valores da tabela de classificação em que o *kappa* apresentou valor acima de 0,100.



|                  |   |   |   |   |     |
|------------------|---|---|---|---|-----|
| Educação         | - | x |   |   |     |
| Ocup. Urb.       |   |   | - |   | -   |
| Carro            | x | x | - | x |     |
| PIB Agro         |   | x | - |   |     |
| Volatilidade     |   | x |   | - | x   |
| Competição       | - |   |   |   |     |
| Fragmentação     |   |   |   |   |     |
| 2º Turno         | x |   | - | x | x x |
| Governador       | x | x |   |   |     |
| Dep. Est.        | x |   | x |   |     |
| Prefeito         | x |   | x |   |     |
| Vereador         |   | x |   | x |     |
| Posic. eleitoral |   | - |   | - |     |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

\* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade entre sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

Os modelos referentes à dimensão ideológica apresentam efeito mais consistente, e de acordo com a expectativa teórica, em relação às condições do controle de poder político. Desta forma, entre as hipóteses referentes ao efeito das condicionantes, apenas a 2.2, sobre a relação entre poder político e posicionamento, é confirmada para a avaliação ideológica. Em relação à dinâmica governista, nenhuma das hipóteses é corroborada. Porém, um indicador apresenta consistência: o segundo turno.

As hipótese 5.1 é parcialmente comprovada, pois o critério ideológico é capaz de explicar a tendência das coligações em todos os anos analisado, porém não há uma constância acerca de quais indicadores socioeconômicos afetariam. Quanto à hipótese 5.2, sobre a relação explicativa entre poder político e governismo, esta não pode ser corroborada.

## PMDB

Em todos os anos a polarização das coligações à esquerda do PMDB situa-se casa dos 20% de ocorrências. A variação quanto à tendência ideológica se situa na variação entre sem polarização e polarização à direita, pois nas eleições de 2000 foi contabilizado 50% de casos cuja concentração de parceiros à direita era mais expressiva. Nas eleições de 2004 e 2008 muda-se o cenário, diminuindo a polarização das coligações do PMDB.

**Tabela 6:** Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PMDB (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |       | 2004 |       | 2008 |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
|                      | n    | %     | n    | %     | n    | %     |
| Polarização esquerda | 885  | 20,6  | 955  | 23,9  | 1058 | 21,3  |
| Sem polarização      | 1226 | 28,6  | 1598 | 40,0  | 2307 | 46,5  |
| Polarização direita  | 2183 | 50,8  | 1445 | 36,1  | 1596 | 32,2  |
| Total                | 4294 | 100,0 | 3998 | 100,0 | 4961 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Se o posicionamento político do PMDB foi classificado como de centro, uma avaliação inicial da tabela 6 poderia indicar o aumento da consistência das coligações do partido em 2004 e 2008. Contudo, é necessário considerar interação intrapartidária à época. Ao se posicionar na sustentação do governo Lula, houve uma aproximação com todos os partidos da base governista à época, dentre os quais diversos de esquerda.

Se durante o período em que o PMDB fazia parte da base de Fernando Henrique Cardoso o partido ainda realizava coligações polarizadas em relação à oposição, devido aos 24% deste tipo de coligação em 2000, durante o governo Lula há um afastamento de partidos oposicionistas, chegando a meros 7% dos casos em 2008. Esse movimento também é acompanhado por uma concentração cada vez maior de coligações polarizadas ao governismo.

**Tabela 7:** Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PMDB (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |       | 2004 |       | 2008 |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
|                      | n    | %     | n    | %     | n    | %     |
| Polarização oposição | 1036 | 24,1  | 437  | 10,9  | 394  | 7,9   |
| Sem polarização      | 1390 | 32,4  | 1302 | 32,6  | 1467 | 29,6  |
| Polarização situação | 1868 | 43,5  | 2259 | 56,5  | 3100 | 62,5  |
| Total                | 4294 | 100,0 | 3998 | 100,0 | 4961 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

A hipótese 1.1 foi falseada, pois há uma maior quantidade de casos classificados corretamente para o modelo ideológico do que o governista em 2000. Apesar de não ser possível negar a hipótese nula, de que em 2004 e 2008 as tabelas de classificação não seriam aleatórias, deve-se notar que a hipótese 1.1. seria confirmada nestas eleições. Considerando o contexto histórico da política deste período, a busca por parte do PMDB

em se afastar do governo tucano mal avaliado justifica o baixo valor da tabela de classificação.

Quadro 2: Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PMDB, por eleição\*

| Indicador        | Ideologia |      |      | Governismo |      |      |
|------------------|-----------|------|------|------------|------|------|
|                  | 2000      | 2004 | 2008 | 2000       | 2004 | 2008 |
| Tab. Class.      | 50,3      | 42,3 | 46,5 | 46,9       | 56,7 | 62,2 |
| População        | x         |      |      | -          |      | x    |
| Densidade        |           |      |      |            |      |      |
| Educação         | -         | -    |      | -          | x    |      |
| Ocup. Urb.       |           |      |      |            | -    |      |
| Carro            | x         | x    |      |            |      |      |
| PIB Agro         |           |      |      |            |      |      |
| Volatilidade     |           | -    |      |            |      |      |
| Competição       |           |      |      |            |      |      |
| Fragmentação     |           |      |      |            |      |      |
| 2º Turno         | -         | -    | -    | x          | -    | -    |
| Governador       |           |      |      |            | -    | -    |
| Dep. Est.        | x         |      |      |            | x    | -    |
| Prefeito         |           | -    |      |            | -    |      |
| Vereador         | -         | -    |      | -          |      |      |
| Posic. eleitoral |           | -    |      | x          |      |      |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

\* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

O conjunto de hipóteses sobre as condicionantes não podem ser corroborados, pois apesar da significância em quase todas as dimensões segundo teste Wald, a verificação específica das probabilidades preditas indica a existência de muitos sentidos contraditórios. A única exceção fica por conta do efeito do segundo turno, apesar de o padrão ser falsear a teoria mobilizada. No caso de haver segundo turno, a tendência é de polarização das coligações pemedebistas, tanto à esquerda quanto à direita, ou em relação à polarização à oposição e sem polarização no caso da classificação governista. Como trabalhado teoricamente, os partidos centristas tendem a ser a combinação de posições polarizadas. Possivelmente os ambientes em que há segundo turno, por serem municípios mais importantes na disputa política, possuem cobranças quanto ao posicionamento dos partidos, em relação à polarização à esquerda ou à direita.

Um dado interessante pode ser observado na variação observada na comparação do efeito do segundo turno no modelo sobre o governismo. Em 2000 o PMDB apresenta maior quantidade de coligações polarizadas à situação. Este cenário muda durante o período em que se encontra na base do governo Lula. Possivelmente a cobrança nestes locais era de persistir em alianças com antigos parceiros, com grande chance de ser PFL e PSDB, que à época do governo petista estavam situados na oposição.

Isso evidencia que a existência de múltiplos níveis de disputa incentiva a existência de estratégias eleitorais variadas, tornando a compreensão do sistema político brasileiro mais complexa.

Por fim, nenhuma das duas hipóteses sobre a interação entre posicionamento político e variáveis política e socioeconômicas é corroborada.

**PSDB**

De 2000 a 2008 o PSDB apresentou um baixo e constante número de coligações polarizadas à esquerda, variando entre 13 e 16% de suas participações durante o período. A maior parte da variação quanto ao tipo de coligação ocorre entre aquelas não polarizadas e as polarizadas à direita. Há um movimento de uma concentração maior de uniões à direita – 55% em 2000 – no sentido de equilibrar com a proporção de coligações não polarizadas – que passa de 29% em 2000 para 45% em 2008.

**Tabela 8:** Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PSDB (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |       | 2004 |       | 2008 |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
|                      | n    | %     | n    | %     | n    | %     |
| Polarização esquerda | 607  | 15,5  | 580  | 16,4  | 624  | 13,7  |
| Sem polarização      | 1154 | 29,4  | 1323 | 37,5  | 2064 | 45,4  |
| Polarização direita  | 2161 | 55,1  | 1624 | 46,0  | 1855 | 40,8  |
| Total                | 3922 | 100,0 | 3527 | 100,0 | 4543 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

O modelo calculado para as eleições de 2000 apresenta as variações esperadas para o tamanho da população, a posse de carro e a proporção de deputados estaduais. Por outro lado, o aumento da densidade populacional, a possibilidade de segundo turno e o prefeito anterior ser do PSDB indicam o aumento na chance de observar uma coligação polarizada à direita. Existem, portanto, efeitos contraditórios entre as condicionantes das coligações do PSDB nas eleições de 2000.

Não se pode deixar de ressaltar a contradição imposta pelo contexto político do governo Lula aos partidos de oposição. O inchaço da base governista foi tamanho, incluindo partidos de todos os matizes ideológicos, a ponto de restringir as opções de partidos de médio porte a três partidos. Enquanto nas eleições de 2000 era possível considerar como parte da oposição partidos como PT, PPS, PSB, PDT, PL, PC do B e PV, em 2004 encontravam-se nesta posição apenas PFL, PSDB e PDT, sendo que em 2008 a mudança fica por conta da cooptação do PDT, porém saída do PPS da base de apoio ao governo petista.

Esse panorama pode ser exemplificada pela tabela 29, abaixo. Enquanto nas eleições de 2000 17% das coligações relevantes do PSDB podiam ser caracterizadas como polarizadas à oposição, os valores observados em 2004 e 2008 despencam, respectivamente, para 6% e 3%, apesar da posição oposicionista do PSDB nestas

eleições. Mesmo a categoria das coligações não polarizadas decresce, de 33% para 18%. Não deixa de ser interessante observar que nas eleições de 2008 a busca por coligações caracterizadas pela polarização à situação chega a 77%.

**Tabela 9:** Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PSDB (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |       | 2004 |       | 2008 |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
|                      | n    | %     | n    | %     | n    | %     |
| Polarização oposição | 670  | 17,1  | 217  | 6,2   | 164  | 3,6   |
| Sem polarização      | 1326 | 33,8  | 832  | 23,6  | 839  | 18,5  |
| Polarização situação | 1926 | 49,1  | 2478 | 70,3  | 3540 | 77,9  |
| Total                | 3922 | 100,0 | 3527 | 100,0 | 4543 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Cabe esclarecer, todavia, não se tratar de uma “adesão” pesedebista aos governos petistas. Apesar da amplitude dos acertos políticos construídos pelo governo Lula, os partidos de oposição não podem relegar as alianças estabelecidas historicamente no ambiente municipal. Partidos que adentraram na base de apoio ao governo Lula, como PMDB, PP e PTB, podem permanecer como aliados históricos ou como melhor opção disponível para o PSDB se aliar em determinados municípios, forçando a posição governista ao partido.

Em 2000 a hipótese 1.1 não é corroborada, ocorrendo mesmos para a hipótese 1.2 em 2004 e 2008. Dois indicadores chamam a atenção no modelos. O primeiro é a persistência, tal qual trabalhada na teoria, de que o aumento da população acompanha observar coligações não polarizadas para o PSDB. Entretanto, este é um fator avaliado no cômputo geral dos municípios. No caso de especificar com maior precisão o efeito das grandes metrópoles, ou ambientes em que há segundo turno, o efeito é bastante distinto. Tal qual o PMDB, o PSDB tende a polarizar suas coligações quando há possibilidade de segundo turno. Entretanto, enquanto no caso do ex-MDB havia polarização em mais de um sentido, para o PSDB o sentido foi, em todos os anos, no sentido da polarização à direita.

**Quadro 3:** Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PSDB por eleição\*

| Indicador | Ideologia |      |      | Governismo |      |      |
|-----------|-----------|------|------|------------|------|------|
|           | 2000      | 2004 | 2008 | 2000       | 2004 | 2008 |
|           |           |      |      |            |      |      |

| Tab. Class.      | 54,9 | 48,7 | 47,9 | 52,1 | 70,4 | 77,6 |
|------------------|------|------|------|------|------|------|
| População        | x    | x    | x    | -    |      |      |
| Densidade        | -    |      |      | x    |      |      |
| Educação         |      | -    |      | -    |      | -    |
| Ocup. Urb.       |      | x    |      |      |      |      |
| Carro            |      | x    |      | x    |      | x    |
| PIB Agro         |      |      |      |      |      |      |
| Volatilidade     |      | -    | -    | -    |      | x    |
| Competição       |      |      |      |      |      |      |
| Fragmentação     |      | -    |      | x    |      |      |
| 2º Turno         | -    | -    | -    |      | -    | x    |
| Governador       |      |      |      |      |      |      |
| Dep. Est.        |      |      |      | -    |      |      |
| Prefeito         | -    | -    |      |      | x    |      |
| Vereador         |      | -    |      | x    |      |      |
| Coloc. eleitoral |      | x    |      | -    |      |      |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

\* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

Ainda em relação ao efeito do segundo turno, porém com foco na dimensão governista, o posicionamento do partido é extremamente consistente com sua posição, pois nestes ambientes de maior porte praticamente não há coligação com partidos da base. É possível trazer à luz desta questão o que foi abordado para o caso do PFL. Possivelmente os parceiros tradicionais do PSDB em ambientes de maior porte tenham sido cooptados para a base do governo, dificultando a construção de alianças vantajosas ao partido.

A hipótese 5.1, sobre a conexão entre variáveis socioeconômicas e posicionamento ideológico encontrou ressonância nos dados observados pelos modelos. No entanto, a segunda hipótese sobre a interação entre posicionamentos políticos e condicionantes foi falseada, visto que os indicadores de poder político apresentam sentidos teoricamente não esperados.

## PT

A orientação ideológica das coligações petistas é relevante, porém é necessário registrar a diminuição no número de coligações polarizadas à esquerda, categoria que

representava 49% das coligações relevantes do PT em 2000, para menos da metade deste valor, dada a proporção de 20% deste tipo de coligação em 2008.

O incremento no número de casos nas demais categorias não ocorreu de forma concentrada, entretanto. Houve uma distribuição equilibrada do aumento entre coligações não polarizadas e polarizadas à direita. Entretanto, pelo fato de em 2000 as coligações sem polarização perfazerem 34% dos casos, em 2008 esta categoria tornou-se aquela com maior frequência 48% dos casos observados então.

**Tabela 10:** Frequência das categorias da polarização ideológica das coligações do PT (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |       | 2004 |       | 2008 |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
|                      | n    | %     | n    | %     | n    | %     |
| Polarização esquerda | 942  | 49,0  | 994  | 29,6  | 898  | 20,5  |
| Sem polarização      | 653  | 34,0  | 1433 | 42,7  | 2112 | 48,3  |
| Polarização direita  | 328  | 17,1  | 932  | 27,7  | 1366 | 31,22 |
| Total                | 1923 | 100,0 | 3359 | 100,0 | 4376 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

O efeito das condicionantes socioeconômicas é o mesmo para o PT em todos os anos. Observar valores elevados de tamanho da população e educação implica maior chance de se observar coligação polarizada à esquerda. Por outro lado, os componentes de experiência urbana e desempenho econômico dos indivíduos aparecem com valores mais elevados nos mesmos locais em que é mais recorrentemente verificadas coligações polarizadas à direita.

O efeito da transição de partido de oposição para se tornar o partido responsável pelo governo traduz com bastante clareza as estratégias de coligação do PT. Nas eleições de 2004 e 2008 a quantidade de coligações polarizadas à oposição se situa entre 6% e 2% do total de coligações relevantes realizadas pelo partido. Deve-se considerar, e ter clareza, da facilidade em evitar parceiros de posicionamento oposto, devido ao número elevado de partidos presentes na base do governo.

**Tabela 11:** Frequência das categorias da polarização governista das coligações do PT (2000-2008)

| Polarização          | 2000 |      | 2004 |     | 2008 |     |
|----------------------|------|------|------|-----|------|-----|
|                      | n    | %    | n    | %   | n    | %   |
| Polarização oposição | 830  | 43,2 | 193  | 5,7 | 117  | 2,7 |



|                      |      |       |      |       |      |       |
|----------------------|------|-------|------|-------|------|-------|
| Sem polarização      | 559  | 29,1  | 795  | 23,7  | 859  | 19,6  |
| Polarização situação | 534  | 27,8  | 2371 | 70,6  | 3400 | 77,7  |
| Total                | 1923 | 100,0 | 3359 | 100,0 | 4376 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

Da mesma forma como observado na avaliação ideológica das coligações petistas, os efeitos socioeconômicos sobre a classificação governista podem ser isolados em dois conjuntos, ao menos no que se refere às eleições de 2000. Passar de um perfil baixo para um alto em relação a aspectos demográficos (tamanho da população e densidade populacional) e educacionais aumenta a chance de observar polarização à oposição. Particularmente, o efeito da educação é bastante impactante. Cenários presentes no nono decil da média de anos de estudos apresentam 74% de coligações polarização à oposição, enquanto o perfil mais baixo do indicador educacional verifica apenas 22% de situações onde ocorre esse tipo de aliança.

O teste das duas primeiras hipóteses foi falseado para o caso petista. Em 2000 a tabela de classificação indica uma taxa de 56,7% de acertos para o modelo governista, cabendo o valor de 55% para a classificação ideológica das coligações.

A tabela a seguir resume os efeitos encontrados para os modelos construídos para compreender as condicionantes das coligações petistas:

**Quadro 4:** Comparação entre o sentido observado dos indicadores e os sentidos teóricos das variáveis - PT, por eleição\*

| Indicador    | Ideologia |      |      | Governismo |      |      |
|--------------|-----------|------|------|------------|------|------|
|              | 2000      | 2004 | 2008 | 2000       | 2004 | 2008 |
| Tab. Class.  | 55,0      | 46,9 | 48,1 | 56,7       | 70,5 | 78   |
| População    | X         | X    | X    | X          | X    | X    |
| Densidade    |           |      |      | X          |      |      |
| Educação     | X         | X    | X    | X          |      | X    |
| Ocup. Urb.   | -         | -    | -    | -          |      | -    |
| Carro        | -         | -    | -    | -          |      | -    |
| PIB Agro     | -         |      |      |            |      |      |
| Volatilidade |           |      |      |            |      |      |
| Competição   |           |      |      |            |      |      |
| Fragmentação |           |      |      |            |      |      |
| 2º Turno     | -         | -    | -    | -          | -    |      |
| Governador   |           | -    | X    | -          | X    |      |
| Dep. Est.    | X         | X    |      | X          |      |      |
| Prefeito     | X         | X    |      | X          |      |      |
| Vereador     | X         |      | X    |            |      |      |

|                  |   |
|------------------|---|
| Coloc. eleitoral | X |
|------------------|---|

Fonte: Pesquisa Condicionantes das Coligações no Brasil - Prefeituras, 2012.

\* Células em branco indicam não haver efeito, "x" se refere a compatibilidade entre sentido observado e esperado, "-" se refere a sentido oposto do esperado.

Apesar da existência de efeitos teoricamente contraditórios, a hipótese 3 foi parcialmente comprovada. Mesmo que não tenha sido observado o sentido esperado teoricamente, as variáveis socioeconômicas afetam a dinâmica coligacionista consistentemente.

Quanto às hipóteses sobre efeitos políticos, o cenário de incerteza não afeta a construção de coligações petistas. Sobre o poder político é possível confirmar a hipótese 2.2 para a categorização ideológica. No caso da classificação governista não se pode afirmar o mesmo, pois apenas nas eleições de 2000 há comprovação deste efeito.

A hipótese 5.1, condizente à interação entre ideologia e condicionantes socioeconômicas, foi corroborada. Sobre a hipótese 5.2, que trata da relação entre governismo e poder político, esta foi refutada. Na análise do caso petista, a comparação entre o teste das hipóteses 5.1 e 5.2 pode evidenciar que as dimensões possuem uma interatividade mais intensa do que se poderia esperar. Contudo, considerando as observações sobre os demais partidos, existem de fato condicionantes que operam de forma distinta entre cada partido.

## ***Conclusão***

Neste trabalho foram unidas vertentes teóricas no intuito de elaborar um modelo específico sobre as condicionantes das coligações. Seguindo as orientações teóricas de Castro (1994) e Cox (1997) foi reconhecido, e testado, o potencial de unir teorias de natureza sociológica com a abordagem da escolha racional para empreender a explicação de eventos complexos, tal como a decisão partidária sobre a definição de coligações.

O modelo de análise proposto para tratar sobre o formato de alianças eleitorais, tem como foco condicionantes sociais, econômicos e políticos presentes em sistemas com múltiplos níveis de governo. O argumento central é que as coligações eleitorais podem ser melhor compreendidas quando tratadas sob a ótica dos atalhos cognitivos forjados pelos próprios partidos políticos. Assim, argumentou-se a importância de se considerarem atalhos cognitivos como referência à tomada de decisão partidária sobre o formato das coligações. Ideologia e governismo foram analisados como posicionamentos

políticos relevantes para a provisão de atalhos informacionais sobre as opções políticas, quer para o eleitorado como um todo, como para especificamente aos indivíduos engajados na vida partidária.

Entretanto, a escolha partidária sobre qual posicionamento político<sup>19</sup> maximizar na montagem das coligações eleitorais é afetada pela presença de determinadas condições do ambiente. Neste sentido, foram consideradas as dimensões: a) socioeconômica; b) a incerteza do ambiente eleitoral; c) o grau de poder político, e d) o grau de dependência financeira.

A estratégia analítica teve como foco a abordagem sobre o conjunto de aliados em coligação com um partido. Esse enfoque foi utilizado para cada um dos partidos selecionados. O ganho desta perspectiva advém da possibilidade de verificar se os partidos estão submetidos a constrangimentos distintos.

O posicionamento político, por sua vez, foi utilizado como referência à construção de uma tipologia das coligações, a partir de duas medidas: a) o governismo, através do eixo oposição-situação, e b) a ideologia, segundo o eixo esquerda-direita. A classificação das coligações foi definida entre duas categorias de polarização, cada qual referente a um polo do eixo de posicionamento, e uma terceira, indicativa da diluição de diferenças partidárias.

Para a realização do teste empírico foi necessário ultrapassar diversos obstáculos, pois a mobilização de um modelo explicativo desta complexidade exigiu a busca de informações em sistemas de bancos de dados distintos, sem contar todos os problemas relacionados ao manejo de bancos deste porte. Para a sistematização dos efeitos das variáveis condicionantes sobre os casos a serem explicados foram utilizados modelos de regressão multinomial.

A hipótese geral testada estipula que posicionamentos políticos distintos estão associados a condicionantes distintas, o que foi falseado pela empiria. No entanto, outras hipóteses foram parcialmente corroboradas, mas sem a possibilidade de inferir uma lei geral das coligações. Seguindo o pressuposto da análise, cada partido apresenta uma combinação de condicionantes distinta que constrange a decisão coligacionista.

Primeiramente, os resultados apontam para a consistência do modelo, que tem por pressuposto a existência de estímulos diferentes entre os partidos. Não houve uma

---

<sup>19</sup> Ideológico ou governista/pragmático.

dimensão única capaz de esgotar a explicação sobre o formato das coligações para todos os partidos segundo os dois critérios de posicionamento.

A análise dos dados acaba por conduzir a uma narração da história das interações partidárias da última década. Os valores altos de governismo apresentados pelas duas principais forças da oposição durante parte do período, PSDB e DEM/PFL, caracterizam a existência de parceiros tradicionais nas disputas locais, que conformaram alianças a despeito do acordo partidário no âmbito nacional. Disso resulta que o reposicionamento dos partidos no nível subnacional não conduz, automaticamente, ao alinhamento federativo do partido, devido às dinâmicas locais e arranjos cimentados nesse nível. Considerando achados anteriores, focados nos padrões de coligação das eleições de 2000 e 2004 (MACHADO, 2007), após a ascensão petista, PTB e PPB/PP permanecem como alguns dos principais aliados de DEM/PFL e PSDB. Estas continuidades representam a complexidade de sistemas multipartidários combinados à competição eleitoral em múltiplos níveis. Apesar de a ênfase sobre esses elementos focar no efeito multiplicador que a existência de mais de um nível de governo possui sobre o número de partidos, também há o efeito de tornarem-se nebulosas as interações partidárias, dificultando a identificação de quais partidos seriam aliados e quais seriam adversários, uma vez que esses posicionamentos podem mudar entre as esferas de poder.

No Brasil a compreensão sobre a lógica da interação interpartidária está relacionada à competição presidencial, a qual organiza o posicionamento dos partidos em torno deste eixo estruturante da política, apesar do descolamento entre dinâmica federal e municipal, cujo grau é matizado a depender do município. Quanto mais central for a posição ocupada por um município na disputa por poder, maiores são as chances do mesmo ser levado pela lógica da disputa presidencial, ativando o efeito do governismo sobre a eleição municipal.

Como foi observado, tanto para PSDB quanto para PMDB, a existência de segundo turno afetou o formato das coligações dos partidos, mesmo que de forma contrária ao esperado. Assim, a comparação entre esses partidos é deveras interessante. Partidos de centro são na realidade partidos que se posicionam de forma diferente a depender do contexto: não há uma posição centrista em si. Enquanto o PMDB aderiu a ambos os lados do espectro ideológico em cenários onde ocorre segundo turno, o PSDB buscou com maior ênfase uma combinação de forças polarizadas à direita. Certamente isso se relaciona com o fato de que, para o PSDB, o principal parceiro é uma das mais importantes referências da direita brasileira (DEM/PFL).

As demais variáveis de da dimensão da incerteza podem ter sua eficácia questionada, pois raramente apresentaram valores significativos. A falta de capacidade explicativa também é uma característica da dimensão da dependência financeira do município.

A dimensão do poder político foi mais relevante para compreender o formato das coligações do PT e do DEM/PFL, sendo que para o último os efeitos foram limitados ao posicionamento ideológico.

A análise das condições socioeconômicas foi crucial para o entendimento das coligações do PSDB e, em especial, do PT. Para se entender esses casos, é importante reforçar que o modelo construído apresenta melhor ajuste à explicação das decisões partidárias do PT no nível municipal. Isso reforça a necessidade de reconsiderar os modelos explicativos elaborados para incorporar outras relações não trabalhadas. Ainda assim, os efeitos observados foram inesperados, o que suscita um novo tópico.

Apesar de o teste Wald para o conjunto de variáveis informar valores significativos, na maioria dos parâmetros o efeito observado era muito reduzido ou apontava para uma direção inesperada, se consideradas as hipóteses da teoria. São estas incongruências que devem ser exploradas, para se compreender de forma mais precisa como o efeito opera<sup>20</sup>.

Em síntese, verificou-se a existência de efeitos específicos para cada partido na explicação de suas coligações. Evidencia-se que para o entendimento mais claro das condições do sistema político brasileiro é necessário mobilizar estudos direcionados ao entendimento dos partidos políticos, tomando-os como unidade de análise e não como parte do agregado sistêmico a ser analisado. Novos esforços devem ser mobilizados, portanto, para o entendimento sobre o que seriam estes efeitos.

Apesar do complexo panorama sobre o qual estão montadas as coligações municipais, é possível retirar algumas conclusões sobre a forma como os partidos se mobilizam nesse contexto. O PT se caracterizou como o partido cujos efeitos das condições do ambiente foram mais duradouras, resistindo inclusive à mudança de posicionamento político. DEM/PFL apresentou coligações mais consistentes onde possuía mais controle político. Mesmo entre partidos cujo ajuste do modelo foi baixo,

---

<sup>20</sup> Um efeito clássico deste tipo de contradição pode ser evidenciado pela discussão acerca do efeito da educação sobre a sofisticação política (PEREIRA, 2010).

PMDB e PSDB, existem indicadores capazes de distinguir os tipos de coligação, como é o caso do segundo turno, uma variável que impacto na decisão partidária de todos os partidos analisados, porém não possui consistência quanto ao efeito, pois foram observados efeitos contraditórios.

Fica a impressão de descoberta de achados importantes à compreensão dos efeitos que diferenciam partidos político no Brasil, do ponto de vista de suas alianças eleitorais. No entanto, evidencia-se a necessidade de efetuar estudos mais específicos sobre as condições de participação eleitoral do partidos brasileiros em particular quanto à lógica local, cuja presente exploração, apesar de ser baseada em diversas abordagens, ainda resta muito a desbravar. É possível caracterizar comportamentos distintos entre os principais partidos políticos brasileiros, contudo persiste a necessidade de detalhar como os estímulos sócio-políticos particularidades onde se poderia esperar similitudes.

## Referências bibliográficas

COX, Gary W. *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. New York: Cambridge University Press, 1998 [1997].

DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica no alinhamento dos partidos políticos brasileiros em 2000 e 2004*. São Paulo: USP, 2007. [tese de doutorado].

DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper, 1957.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB, 1980 [1951].

FIGUEIREDO, Marcus. "A Lei de Ferro da Competição Eleitoral: A Aritmética Eleitoral ou Eleições Casadas, Resultados Solteiros e o Dilema dos Partidos". *Cadernos de Conjuntura*, n. 50. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

HOSMER, David W.; LEMESHOW, Stanley. *Applied Logistic Regression*. 2ª edição. New York: John Wiley & Sons, 2000.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1948].

LIMA JR., Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACHADO, Carlos. *Identidades diluídas: coligações para prefeito no Brasil (2000 e 2004)*. Brasília: UnB, 2007. [Dissertação de mestrado].

MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. "Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais". *VI Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

MAIR, Peter. "Left-right orientations". In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *The Oxford handbook of political behavior*. New York: Oxford University Press, 2009 [2007], p. 206-222.

MIGUEL, Luis Felipe. "Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto". *II Congresso da ALACIP*, Cidade do México, 2004.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1982].

PEIXOTO, Vitor de Moraes. "Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia". *6º Encontro da ABCP*, Campinas, 2008.

\_\_\_\_\_. "Coligações Eleitorais: uma análise quantitativa". In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

REIS, Fábio Wanderley. “As eleições em Minas Gerais”. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. “Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora”. In: REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978, p. 213-287.

\_\_\_\_\_. “Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros”. *Novos estudos CEBRAP*, n. 87, 2010, p. 61- 75.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro”. *Dados*, n. 14, 1977.

SOARES, Gláucio Dillon. “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”. *Revista brasileira de estudos políticos*, n. 17, 1964, p. 95-124.

\_\_\_\_\_. *Democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.